

ANEXO VII MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº:/202..

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 164578/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº/20...

VIGÊNCIA: (.....) MESES

VALOR: R\$

Aos dias do mês de do ano de 202...., a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA**, com sede na cidade de Olímpia/SP, na Praça Rui Barbosa, nº 54, Patrimônio de São João Batista, CEP: 15400-081, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.596.151/0001-55, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) Secretário(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de de de, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 164578/2026**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 9.039, de 31 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência n./2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO, FRESAGEM E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA/SP**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 – Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de recapeamento, fresagem e recomposição asfáltica em diversas ruas do Município da Estância Turística de Olímpia/SP.	3.01.02.0091-0	Serviço – SV	1 (um)		

1.3 – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 – O Termo de Referência;

1.3.2 – O Edital da Licitação;

- 1.3.3 – A Proposta do contratado;
- 1.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4 – O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1 – O prazo de vigência do contrato será de 16 (dezesesseis) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, exclusivamente nas hipóteses previstas nos arts. 105 e 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando necessário à conclusão do objeto contratado, em decorrência de fatos supervenientes devidamente justificados e formalmente reconhecidos pela Administração, desde que a prorrogação não decorra de culpa exclusiva da contratada.
- 2.2 – O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 – Regime de Execução:

- 3.1.1 – O regime de execução deste objeto será de empreitada por preço unitário.

3.2 – Condições de execução:

- 3.2.1 – A execução do objeto deverá ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7h00 às 17h00, em conformidade com a programação definida pela fiscalização contratual e com as ordens de serviço emitidas pela Administração.
- 3.2.2 – Os serviços deverão ser organizados por frentes de trabalho, trechos e etapas executivas, de modo a assegurar continuidade operacional, segurança viária, adequada sinalização temporária, minimização dos impactos à mobilidade urbana e eficiente acompanhamento pela fiscalização.
- 3.2.3 – Antes do início de cada frente de serviço, a contratada deverá implantar a sinalização temporária, efetuar o isolamento do trecho e apresentar à fiscalização o planejamento executivo correspondente.
- 3.2.4 – A fresagem descontínua será executada exclusivamente nos trechos definidos pela Administração, com espessura de 3,00 cm, observadas a regularidade do corte, a limpeza da superfície e a preservação das camadas remanescentes.
- 3.2.5 – Após a fresagem e a limpeza do trecho, deverá ser executada a imprimadura/pintura ligante nas áreas liberadas, em conformidade com a taxa de aplicação e as condições da superfície de apoio.
- 3.2.6 – A recomposição asfáltica será realizada mediante aplicação de concreto asfáltico com cimento asfáltico modificado por borracha – Faixa III, devendo a camada final compactada apresentar espessura de 3,00 cm.
- 3.2.7 – A aplicação do CBUQ deverá observar condições adequadas de temperatura, espalhamento, acabamento e compactação, vedada a execução sobre

superfície inadequadamente limpa, úmida, contaminada ou sem aderência suficiente.

3.2.7.1 – A contratada deverá manter controle contínuo da temperatura da mistura asfáltica desde a saída da usina até o momento da aplicação, registrando os dados em relatórios próprios vinculados ao respectivo trecho executado.

3.2.7.2 – A espessura executada da camada de CBUQ deverá ser conferida pela fiscalização por meio de métodos compatíveis com a natureza do serviço, inclusive medições in loco, abertura de janelas, extração de corpos de prova, testemunhos ou outros meios tecnicamente idôneos, sempre que necessário.

3.2.7.3 – A profundidade da fresagem também será objeto de verificação específica, não sendo admitida execução em desacordo com a espessura contratual de 3,00 cm, salvo ajuste pontual formalmente autorizado pela fiscalização em situação tecnicamente justificada.

3.2.7.4 – A contratada deverá manter rastreabilidade por trecho executado, com indicação de data, equipe, equipamentos utilizados, cargas aplicadas, área atendida, espessura aferida, resultados laboratoriais e demais informações necessárias à perfeita correlação entre execução física e medição.

3.2.7.5 – Verificada qualquer não conformidade relacionada à mistura, à espessura, à aderência, à compactação, ao acabamento ou à regularidade da superfície, a contratada deverá promover imediatamente a correção do serviço, não se admitindo o recobrimento da falha sem o adequado saneamento técnico.

3.2.8 – Concluída a camada de rolamento e aceitos os serviços do trecho, a contratada deverá executar a sinalização horizontal prevista na planilha orçamentária.

3.2.9 – Os serviços serão liberados ao tráfego somente após a aceitação da fiscalização, garantidas as condições mínimas de segurança e desempenho do trecho executado.

3.3 Materiais a serem disponibilizados:

3.3.1 – A execução do objeto deverá contemplar o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários para sua integral realização, bem como aqueles relativos à segurança, ao isolamento da área, ao controle tecnológico e à proteção do entorno.

3.4 Informações relevantes

3.4.1 – A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução do objeto, inclusive materiais, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, equipamentos, ferramentas, transporte, usinagem, mobilização, desmobilização, sinalização temporária, segurança viária, controle tecnológico, ensaios, relatórios, limpeza final, destinação de resíduos e demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

3.4.2 – A licitante deverá considerar que a execução ocorrerá, em regra, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 17h00, podendo haver remanejamento de frentes de serviço, priorização de trechos e adequações de sequência por interesse público, condições climáticas, interferências viárias, eventos municipais ou necessidade de preservação da mobilidade urbana.

3.4.3 – A licitante deverá avaliar a logística de fornecimento, transporte e aplicação do CBUQ, de modo a garantir que a massa asfáltica seja entregue nas frentes de

serviço em condições adequadas de temperatura, trabalhabilidade, homogeneidade e compactação, observadas as normas técnicas aplicáveis e os controles exigidos pela fiscalização.

3.4.4 – A eventual opção da licitante por não realizar vistoria prévia não a exime da responsabilidade pela correta avaliação das condições locais, da logística necessária, das interferências ordinárias, dos acessos, do tráfego, das condições de execução e dos custos envolvidos, nos termos da declaração de pleno conhecimento prevista no edital.

3.4.5 – A medição e o pagamento observarão exclusivamente os serviços efetivamente executados, aceitos e comprovados pela fiscalização, com compatibilização entre área executada, espessura contratual de 3,00 cm, volume medido, tickets de balança, boletins de usina, relatórios tecnológicos e registros de campo.

3.4.6 – O preço ofertado deverá observar os valores de referência adotados pela Administração, o regime de empreitada por preço unitário, o BDI previsto na planilha orçamentária e os critérios de aceitabilidade e exequibilidade estabelecidos no edital e no Termo de Referência.

3.5 Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

3.5.1 – A contratada deverá garantir a qualidade, a durabilidade, a segurança e o desempenho dos serviços executados, respondendo por vícios, defeitos, falhas de execução, insuficiência de compactação, espessura inferior à contratada, desagregação, segregação, exsudação, trincamentos prematuros, deformações, perda de aderência entre camadas, falhas de acabamento e demais inconformidades técnicas imputáveis à execução ou aos materiais empregados.

3.5.2 – A garantia técnica dos serviços será de 5 (cinco) anos quanto à solidez, segurança e integridade da obra, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis, da responsabilidade civil da contratada e das obrigações de correção de vícios constatados durante o recebimento provisório ou definitivo.

3.5.3 – A garantia de que trata este item abrange os serviços de fresagem, limpeza e preparação da superfície, pintura ligante/imprimadura, fornecimento e aplicação do CBUQ, compactação, acabamento superficial, sinalização horizontal e demais atividades diretamente relacionadas à solução executada.

3.5.4 – Constatado vício, falha ou desempenho incompatível com as especificações técnicas, a fiscalização notificará a contratada para avaliação e correção do trecho, cabendo à contratada executar, às suas expensas, todos os reparos, substituições, recomposições, ensaios, mobilizações e providências necessárias ao saneamento da inconformidade.

3.5.5 – A garantia não abrangerá danos comprovadamente decorrentes de desgaste ordinário compatível com o uso regular da via, intervenções posteriores de terceiros ou concessionárias, acidentes, vandalismo, eventos climáticos extraordinários ou alteração superveniente das condições de tráfego e drenagem não imputável à contratada.

3.5.6 – A existência de recebimento provisório, recebimento definitivo, pagamento, aplicação do IMR ou liberação de medições não afasta a responsabilidade da

contratada por vícios ocultos ou defeitos supervenientes decorrentes de falha de execução, material inadequado ou descumprimento das normas técnicas aplicáveis.

3.5.7 – A contratada deverá manter disponíveis, durante o prazo de garantia, os registros de execução, relatórios de controle tecnológico, ART/RRT, boletins de usina, tickets de pesagem, relatórios fotográficos e demais documentos necessários à rastreabilidade técnica dos serviços executados.

3.6 – Modelo de gestão do contrato:

3.6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.6.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.6.4 – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.6.5 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, contendo informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

3.7 - Preposto

3.7.1 – A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

3.7.2 – A contratada deverá manter preposto da empresa durante todo o período de execução do objeto, podendo este ser o encarregado da frente de serviço, profissional designado ou mesmo o responsável técnico da empresa.

3.7.3 – A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

3.8 – Fiscalização:

3.8.1 – O fiscal deverá acompanhar o contrato e fiscalizar a execução dos serviços, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

3.8.2 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

3.8.3 – A fiscalização contratual observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720/2023.

3.8.4 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para o saneamento.

3.8.5 – O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras.

3.8.6 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

3.9 – Gestor do Contrato:

3.9.1 – O gestor deverá acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

3.9.2 – O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal, consolidará informações, controlará prazos, promoverá os encaminhamentos necessários, acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada e instruirá os procedimentos de liquidação e pagamento.

3.9.3 – Além do disposto acima, o gestor do contrato observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720/2023.

3.9.4 – O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à unidade competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e aceito nos termos do contrato.

3.10 Demais requisitos da contratação:

3.10.1 – Deverão ser observadas, no que couber ao objeto contratado, as normas técnicas do DNIT aplicáveis ao recapeamento, à fresagem, à recomposição asfáltica, à pintura de ligação, à sinalização horizontal e aos serviços correlatos, especialmente aquelas indicadas a seguir, as quais passam a integrar o regime técnico mínimo de execução, fiscalização, medição e recebimento do objeto:

3.10.1.1 – DNIT 031/2024-ES – Pavimentação – Concreto Asfáltico – Especificação de Serviço: aplicável à produção, ao transporte, à aplicação, ao espalhamento, à compactação, ao acabamento, ao controle e à aceitação da camada de CBUQ, inclusive quanto às condições da superfície de apoio e aos requisitos mínimos de execução.

3.10.1.2 – DNIT 449/2024-PRO – Pavimentação Asfáltica – Misturas Asfálticas – Parâmetros Volumétricos para Dosagem de Misturas Asfálticas – Procedimento: aplicável à comprovação do traço, dos parâmetros volumétricos, da composição da mistura e da conformidade técnica do projeto de dosagem apresentado pela contratada.

3.10.1.3 – DNIT 145/2012-ES – Pavimentação – Pintura de Ligação com Ligante Asfáltico – Especificação de Serviço: aplicável à limpeza da superfície, à escolha do

ligante, à taxa de aplicação, à uniformidade do espalhamento e à aderência entre camadas.

3.10.1.4 – DNIT 159/2011-ES – Pavimentos Asfálticos – Fresagem a Frio – Especificação de Serviço: aplicável ao corte, à profundidade, ao acabamento e às tolerâncias da fresagem descontínua prevista no objeto, observada a espessura de 3,00 cm definida contratualmente.

3.10.1.5 – DNIT 154/2010-ES – Pavimentação Asfáltica – Recuperação de Defeitos em Pavimentos Asfálticos – Especificação de Serviço: aplicável aos reparos localizados, correções pontuais e tratamentos prévios eventualmente necessários à adequada recomposição do revestimento.

3.10.1.6 – DNIT 144/2014-ES – Pavimentação – Imprimação com Ligante Asfáltico – Especificação de Serviço: aplicável sempre que houver necessidade de imprimação sobre base ou camada granular recomposta, nos trechos e condições liberados pela fiscalização.

3.10.1.7 – DNIT 141/2022-ES – Pavimentação – Base Estabilizada Granulometricamente – Especificação de Serviço: aplicável às hipóteses de recomposição ou regularização de base granular, inclusive quanto à umidade, conformação geométrica, espalhamento e compactação.

3.10.1.8 – DNIT 143/2025-ES – Pavimentação – Base de Solo-Cimento – Especificação de Serviço: aplicável quando houver necessidade de recomposição estrutural com solo- cimento, abrangendo mistura, teor de cimento, cura, compactação e aceitação da camada.

3.10.1.9 – DNIT 100/2018-ES – Obras Complementares – Segurança no Tráfego Rodoviário – Sinalização Horizontal – Especificação de Serviço: aplicável à execução, ao acabamento, à aderência, à geometria e à aceitação da sinalização horizontal definitiva prevista no objeto.

3.10.1.10 – DNIT 101/2009-ES – Obras Complementares – Segurança no Tráfego Rodoviário – Sinalização Vertical – Especificação de Serviço: aplicável subsidiariamente sempre que houver necessidade de implantação, recomposição ou adequação de sinalização vertical associada aos trechos executados.

3.10.1.11 – DNIT 030/2004-ES – Drenagem – Dispositivos de Drenagem Pluvial Urbana – Especificação de Serviço: aplicável às correções e adequações de drenagem eventualmente necessárias para resguardar a durabilidade da intervenção executada.

3.10.1.12 – DNIT 026/2025-ES – Drenagem – Caixas Coletoras, Caixas de Ligação e Passagem e Bocas de Bueiros – Especificação de Serviço: aplicável à regularização ou recomposição de dispositivos de drenagem que interfiram nos trechos abrangidos pela contratação.

3.10.1.13 – As referências normativas acima deverão ser observadas em suas versões vigentes, inclusive eventuais erratas, revisões ou atualizações supervenientes tecnicamente compatíveis com o objeto, prevalecendo, em caso de dúvida, a interpretação mais protetiva à qualidade, à durabilidade e à segurança do serviço público contratado.

3.10.2 – A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos compatíveis com a execução dos serviços, incluindo, no mínimo, fresadora a frio, vibroacabadora,

rolos compactadores adequados, caminhões basculantes, espargidor de ligante, equipamentos de limpeza e dispositivos de sinalização temporária.

3.10.3 – A contratada deverá manter responsável técnico habilitado durante toda a execução, com presença compatível com a complexidade e o ritmo dos serviços, além de preposto com poderes para receber notificações, responder às determinações da fiscalização e providenciar as correções necessárias.

3.10.4 – Será obrigatória a execução de sinalização temporária e isolamento dos trechos antes do início de cada frente de serviço, com manutenção permanente durante a execução, de modo a resguardar trabalhadores, veículos e pedestres.

3.10.5 – Os operários deverão apresentar-se devidamente uniformizados, identificados e utilizando Equipamentos de Proteção Individual – EPI adequados às atividades desenvolvidas.

3.10.6 – A execução dos serviços deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 17h00, salvo autorização expressa e motivada da fiscalização para situações excepcionais.

3.11 – MATRIZ DE RISCOS

3.11.1 – A matriz de riscos tem por finalidade identificar, avaliar, distribuir e tratar os eventos supervenientes capazes de impactar a execução do objeto, observando-se a lógica da Lei nº 14.133/2021, segundo a qual a alocação deve recair sobre a parte que detenha melhores condições de prevenir, gerenciar ou absorver cada risco, sem prejuízo do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3.11.2 – Consideram-se, para fins do Termo de Referência, como riscos ordinários alocados predominantemente à contratada: a) falhas no planejamento executivo da frente de serviço; b) quebra ou insuficiência de equipamentos; c) atraso no fornecimento de materiais, ligantes ou insumos; d) falhas de produção, transporte, aplicação ou compactação do CBUQ; e) deficiência de sinalização temporária; f) inadequação do controle tecnológico; g) falhas de execução da fresagem, da pintura de ligação, da recomposição e da sinalização horizontal; h) erros de medição ou de documentação técnica imputáveis à contratada.

3.11.3 – Constituem riscos alocados predominantemente à contratada, ainda, os prejuízos decorrentes de desperdício de material, retrabalho por execução defeituosa, espessura inferior à contratada, acabamento insatisfatório, baixa aderência entre camadas, segregação, exsudação, compactação insuficiente, deterioração precoce por vício executivo e ineficiência operacional na mobilização ou desmobilização das equipes.

3.11.4 – Consideram-se riscos alocados predominantemente à contratante: a) definição das vias e priorização das frentes de serviço; b) alterações unilaterais de programação por interesse público; c) atraso injustificado na emissão de ordens de serviço, atestes ou liberações administrativas; d) superveniência de determinações institucionais que alterem a sequência da execução sem culpa da contratada; e) fatos decorrentes de omissões relevantes da Administração nos elementos técnicos disponibilizados, quando não passíveis de identificação diligente pela licitante.

3.11.5 – Serão tratados como riscos de alocação compartilhada: a) ocorrência de patologias profundas ou ocultas no pavimento ou na base não detectáveis previamente de forma ordinária; b) interferências subterrâneas ou dispositivos não mapeados; c) necessidade superveniente de adequações pontuais de drenagem; d)

eventos climáticos excepcionais que ultrapassem a álea ordinária e impactem diretamente a execução; e) restrições operacionais relevantes decorrentes do tráfego local ou de eventos públicos extraordinários.

3.11.6 – Nos riscos compartilhados, a solução deverá ser formalizada pela fiscalização e pelo gestor do contrato, mediante registro circunstanciado da ocorrência, avaliação técnica do impacto, definição da responsabilidade executiva imediata e adoção das providências necessárias ao reequilíbrio, quando juridicamente cabível.

3.11.7 – A contratada deverá adotar, como medidas mínimas de mitigação, planejamento executivo por trecho, programação diária compatível com a capacidade de produção, manutenção preventiva dos equipamentos, estoque e logística adequados dos insumos, controle tecnológico contínuo, reforço da sinalização temporária e pronta resposta às determinações da fiscalização.

3.11.8 – A matriz de riscos prevista neste Termo de Referência integra o regime contratual do objeto e deverá ser interpretada em conjunto com as demais cláusulas técnicas, financeiras, sancionatórias e de medição, prevalecendo, sempre, a proteção ao interesse público, à qualidade do serviço executado e à segurança dos usuários da via.

4 – CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 – Não será admitida a subcontratação do núcleo principal do objeto, admitindo-se mediante autorização prévia da administração, apenas subcontratações acessórias e complementares que não descaracterizem a responsabilidade integral da contratada pela execução e pela qualidade dos serviços.

5 – CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 – O valor total da contratação é de R\$ (valor por extenso)

5.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6 – CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO, IMR E RECEBIMENTO

6.1 – As medições serão mensais, de acordo com o cronograma físico-financeiro, e deverão ser provocadas pela contratada mediante apresentação de boletim de medição, memória de cálculo, diário de obras, relatório fotográfico georreferenciado, relatórios de controle tecnológico e demais documentos exigidos no Termo de Referência.

6.2 – Somente serão medidos os serviços efetivamente executados, tecnicamente aceitos e documentalmente comprovados, não sendo devido pagamento por serviços rejeitados, retrabalhos, materiais apenas depositados em obra, perdas operacionais ou frentes sem rastreabilidade suficiente.

6.3 – A medição do CBUQ e da fresagem, ambos previstos em metro cúbico na planilha base, deverá ser obrigatoriamente compatibilizada pela fiscalização com a

área efetivamente executada e com a espessura contratual de 3,00 cm, de modo a impedir medições dissociadas da realidade física do trecho.

6.4 – A medição da imprimadura/pintura ligante dependerá da compatibilidade entre área tratada, volume aplicado e taxa média de aplicação, enquanto a do transporte do material fresado ficará vinculada aos quantitativos efetivamente removidos e aos comprovantes de deslocamento e destino.

6.5 – Predominará, para todos os efeitos, a medição apurada pela fiscalização setorial e técnica do contrato, podendo ser indicadas glosas, retenções ou descontos proporcionais às irregularidades constatadas.

6.6 – Os relatórios de medição deverão ser apresentados em formato PDF e XLSX, devidamente assinados, numerados e acompanhados dos respectivos anexos comprobatórios.

6.6.1 – Cada medição deverá ser instruída, no mínimo, com boletim de medição, memória de cálculo, diário de obras, relatório fotográfico georreferenciado, mapa dos trechos executados, tickets de pesagem, boletins de usina, relatórios de controle tecnológico e demais documentos necessários à comprovação da perfeita correspondência entre o serviço executado e o quantitativo medido.

6.6.2 – Para CBUQ, previsto em metro cúbico, a fiscalização deverá obrigatoriamente confrontar a área executada, a espessura final compactada de 3,00 cm e o volume correspondente, podendo adotar, para fins de validação, os tickets de pesagem e os boletins de usinagem como elementos complementares de rastreabilidade.

6.6.3 – Para fresagem descontínua, também previsto em metro cúbico, a medição dependerá da comprovação dos trechos efetivamente fresados, da profundidade executada de 3,00 cm, do volume apurado e da compatibilidade com os registros de campo e com o transporte do material removido.

6.6.4 – A ausência de comprovação tecnológica, a inconsistência entre área, volume e espessura, ou a existência de defeitos funcionais, geométricos ou de acabamento autorizarão a glosa ou retenção da medição até a completa regularização do trecho ou da documentação.

6.6.5 – A última medição, ou parcela dela, poderá permanecer retida até a apresentação do relatório final consolidado, do conjunto completo dos ensaios e controles tecnológicos e da confirmação, pela fiscalização, de que não subsistem pendências técnicas impeditivas ao recebimento definitivo.

6.7 – Os pagamentos serão realizados seguindo a ordem cronológica de liquidação do setor competente da Administração, observada a legislação municipal aplicável e a regularidade fiscal da contratada.

6.8 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as pendências eventualmente apontadas no recebimento provisório, sem prejuízo da aplicação do IMR e das demais medidas cabíveis.

6.9 Do Instrumento de Medição de Resultados (IMR):

6.9.1 – O Instrumento de Medição de Resultados – IMR é parte integrante da relação contratual e tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela contratada, permitindo a adequação do pagamento por meio de critérios objetivos de desempenho, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

6.9.2 – O IMR será aplicado mensalmente pela fiscalização técnica e/ou setorial, com base em memória de cálculo própria, avaliando o atendimento das metas, critérios e parâmetros qualitativos definidos neste Termo de Referência.

6.9.2.1 – Entre os indicadores mínimos de desempenho a serem observados no IMR incluem-se: cumprimento do cronograma físico; conformidade da espessura de fresagem; conformidade da espessura da camada de CBUQ; regularidade e acabamento superficial; qualidade da sinalização temporária e definitiva; rastreabilidade documental; atendimento às determinações da fiscalização; e apresentação tempestiva dos relatórios de controle tecnológico.

6.9.2.2 – O descumprimento dos indicadores relacionados à espessura, ao controle tecnológico, à rastreabilidade e à segurança viária será classificado como ocorrência grave para fins de apuração do desempenho contratual, sem prejuízo das glosas e sanções cabíveis.

6.9.3 – A aplicação do IMR não constitui sanção automática, mas compensação indenizatória à Administração em razão da baixa qualidade, da desconformidade ou do descumprimento dos critérios mínimos exigidos na execução do objeto.

6.9.4 – O percentual máximo de redução do pagamento decorrente da aplicação do IMR não ultrapassará 15% (quinze por cento) do valor bruto da medição do período.

Tabela 3 - Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

CATEGORIA	INDICADOR	META / PARÂMETRO	GLOSA MÁXIMA	OBSERVAÇÃO
1	Sinalização temporária e segurança da frente de serviço	Manter isolamento, sinalização e segurança adequados.	2,00%	Aplica-se em caso de falha, ausência ou insuficiência de sinalização.
2	Preparação da superfície e limpeza do trecho	Executar limpeza, preparo, regularização e liberação da superfície de apoio em conformidade com o serviço subsequente.	1,50%	Inclui remoção de materiais soltos, pó, lama e resíduos.
3	Fresagem descontínua	Executar a fresagem com espessura de 3,00 cm e acabamento adequado, sem danos indevidos às camadas remanescentes.	2,00%	Admite glosa proporcional ou total do trecho irregular.
4	Imprimadura / pintura ligante	Aplicar o ligante de forma uniforme, em taxa compatível e sobre superfície devidamente liberada.	1,50%	Falhas de cobertura ou excesso poderão ensejar glosa do trecho.
5	CBUQ - espessura, acabamento e compactação	Executar camada final compactada de 3,00 cm, com adequada regularidade, acabamento e compactação.	3,00%	Sem prejuízo da rejeição e reexecução do trecho, quando cabível.
6	Controle tecnológico e rastreabilidade	Apresentar ensaios, boletins, tickets, relatórios e documentação compatíveis com a medição, por trecho executado, em formato rastreável.	2,00%	A ausência ou insuficiência de rastreabilidade autoriza retenção e glosa da medição correspondente ao trecho afetado.
7	Cumprimento da programação e atendimento à fiscalização	Atender ao cronograma e às determinações formais da Administração em prazo hábil.	1,50%	Considera atrasos injustificados e resistência ao ajuste operacional.
8	Sinalização horizontal e limpeza final	Executar sinalização em conformidade com o projeto e entregar os trechos limpos e aptos ao uso.	1,50%	Incide sobre falhas de acabamento, visibilidade e entrega final.

Fonte: Critérios de desempenho definidos pela Administração no Termo de Referência.

6.9.5 – Constatado o descumprimento das metas do IMR, o fiscal procederá de ofício à adequação do pagamento, observando o princípio da proporcionalidade e a

menor onerosidade possível para a contratada, sem prejuízo da tutela do interesse público.

6.9.6 – As glosas decorrentes da aplicação do IMR não excluem a possibilidade de aplicação de sanções administrativas, nem a exigência de correção, reexecução ou substituição dos serviços inadequadamente executados.

6.10 – Do recebimento:

6.10.1 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo(s) fiscal(is), mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.10.2 – O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.10.3 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 21, X, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

6.10.4 – O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

6.10.5 – Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.10.6 – Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.10.7 – O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.10.8 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

6.10.9 – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.10.10 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com a planilha, com os critérios de medição, com as normas técnicas, com a proposta ou com este Termo de Referência.

6.10.11 – Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e

demaís documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.10.12 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço, da apresentação de toda a documentação exigida, da inexistência de vícios e da aceitação formal mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

6.10.12.1 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

6.10.12.2 – Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.10.12.3 – Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.10.12.4 – Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.10.12.5 – Enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.10.13 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.10.14 – Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.10.15 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.11 – Liquidação:

6.11.1 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma da legislação municipal aplicável, prorrogável por igual período.

6.11.2 – Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.11.2.1 – O prazo de validade;

6.11.2.2 – A data da emissão;

6.11.2.3 – Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.11.2.4 – O período respectivo de execução do contrato;

6.11.2.5 – O valor a pagar; e

6.11.2.6 – Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11.3 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.11.4 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.11.5 – A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

6.11.6 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.11.7 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11.8 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.11.9 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

6.12 – Prazo de pagamento:

6.12.1 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme a regulamentação municipal aplicável.

6.13 – Forma de pagamento

6.13.1 – O pagamento será realizado por ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.13.2 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.13.3 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 08/05/2026.

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

7.2 – O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais DER/SP TPU 10/2025 não desonerada e DNIT/SICRO 10/2025.

7.3 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC – Índice Nacional de Custo de Construção, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6 – Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.7 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.8 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.9 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.10 – O reajuste será realizado por apostilamento.

8 – CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 – São obrigações do Contratante:

8.2 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e os estabelecidos em edital e seus anexos;

8.3 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 – Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7 – Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

- 8.9 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10 Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.10.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou 8.10.1 indiretamente o objeto CONTRATADO;
- 8.10.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.10.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.10.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.10.5 demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.10.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.11 – Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.12 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.12.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.13 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.14 – Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15 – Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.16 – Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.17 – Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.18 – Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.19 – Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9 – CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e os estabelecidos em edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 – Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1 – A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 – Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 – Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8 – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9 – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura da Estância Turística de Olímpia, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13 – Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14 – Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16 – Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

- 9.24 - Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.25 - Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.26 - Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.27 - Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.28 - Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.29 - Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.30 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.31 – Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.32 – Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.33 – Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.34 – Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.35 – Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.36 – Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.37 – Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.38 – Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.39 – Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.40 – Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.41 – Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

9.42 – Elaborar o Diário de Obra, podendo a apresentação ser digital, em formato interoperável, para facilitar a fiscalização e o controle tecnológico, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.43 – Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.44 – Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.45 – Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.45.1 – Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

9.46 – Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.46.1 – O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.46.2 – Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.46.2.1 – resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.46.2.2 – resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.46.2.3 – resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.46.2.4 – resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.46.3 – Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.46.4 – Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.47 – Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.47.1 – Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.47.2 – Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.48 – Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.49 – Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.50 – Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.51 – Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10 – CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 – As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 – O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 – O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 – O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 – Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 – A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato.

11.2 – Para garantia do fiel adimplemento do presente contrato, o CONTRATADO efetuou em data de de de 202..., uma caução, no valor de R\$ 000.000,00 (Valor por extenso)

11.3 - A empresa deverá apresentar a garantia adicional prevista no §5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, caso a proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado da contratação.

11.4 Garantia Adicional (se necessário)

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

11.5 – Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.6 – A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.7 – Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item deste contrato.

11.8 – Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.9 – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.9.1 – prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.9.2 – multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

11.9.3 – obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.10 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item , observada a legislação que rege a matéria.

11.11 – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, determinada pela municipalidade, com correção monetária.

11.12 – Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.13 – No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.14 – No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.15 – Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.16 – O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.16.1 – O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.16.2 – Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.17 – Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.18 – A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.19 – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.20 – Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.21 – Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.22 – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.23 – O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.24 – A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV. Multa:

- (1) - Moratória, para a infração descrita na alínea “d” do item 12.1, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- (2) - Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- (3) - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- (4) - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 8.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

Secretaria de Gestão e Cidade Inteligente

(5) - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

(6) - Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” do item 12.1, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

(7) - Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d” do item 12.1, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação;

(8) - Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4 – Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6 As notificações poderão ser realizadas por meio eletrônico nos endereços de e-mail informados pela empresa na proposta comercial e/ou constantes de seu cadastro, considerados válidos para comunicação formal durante a execução contratual.

12.7 – Os débitos do contratado para com a Administração resultantes de multa administrativa e/ou indenizações poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão contratante na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13– CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1– O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2– O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3– A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4– Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5– O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1– Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2– A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3– Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6– O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1– Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2– Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3– Indenizações e multas.

13.7– A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8– O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14– CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1– As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Classificação Funcional:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Dotação:

15– CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1– Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16– CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1– Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2– O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3– As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4– Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17– CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1– Fica determinado como gestor do contrato a servidora Sra. Aline Cristina Ribeiro, Assessora de Gabinete, e-mail acribeiro@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3279-4860 e a fiscalização ficará a cargo do Sr. Guilherme Amin de Faria, Assessor Executivo, contato através do e-mail gafaria@olimpia.sp.gov.br e telefone (17) 3279-4860.

17.2 Estes servidores deverão fiscalizar e acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, consoante do disposto no art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

18– CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1– Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

19– CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1– Fica eleito o Foro da Comarca de Olímpia como único competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

OLÍMPIA, de de 202.....

CONTRATANTE
REPRESENTANTE LEGAL
SECRETARIA MUNICIPAL

CONTRATADO
REPRESENTANTE LEGAL
RAZÃO SOCIAL